



Ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo

Activism and appropriation of urban space in São Paulo

Cintia Elisa de Castro Marino*

Resumo

O artigo propõe uma reflexão sobre um novo tipo de apropriação dos espaços urbanos em São Paulo, Brasil. O uso de bicicletas, o plantio de hortas comunitárias e a organização de festas de rua são fenômenos que encontraram força ao lado da ação direta de grupos de ativismo urbano. As pessoas buscam refletir sobre questões cotidianas e novas formas de construção colaborativa da cidade. O trabalho analisa dois territórios de atuação ativista na cidade, o primeiro, o “Minhocão” é um espaço público de dupla função: uma via expressa elevada de ligação centro-oeste de 3,4 km de extensão que é usada como espaço de lazer à noite e nos finais de semana. O segundo espaço, o “Parque Augusta” é um terreno privado reivindicado por vizinhos e ativistas como uma área verde. Como estratégia de resistência à aprovação de um projeto de construção, um grupo ocupou o terreno e organizou atividades de arte e cultura. O espaço urbano torna-se cenário de conflito com desdobramentos lúdicos e disputas políticas.

Palavras-chave: Ativismo. Apropriação do espaço público. Ação direta. Comuns urbanos.

Abstract

A new type of appropriation of urban spaces is emerging in São Paulo, Brazil. The use of bicycles, the planting of communal gardens and the organization of street parties are part of a phenomenon that gains strength along with direct action of urban activism. These groups aim to discuss the everyday life in cities and seek new ways of building urban spaces. This paper analyzes territories that resistance groups occupy as part of their direct actions and activism. The “Minhocão” is currently a public space with two functions: a highway with 2.1 miles in length that people use as an urban park at night and in weekends. “Parque Augusta” is a private plot of land neighbors and collectives claim as a public green area. As a strategy to preserve the remaining vegetation of the Atlantic Forest, a coalition of activists occupied the land and organized art and culture activities. The urban space becomes a scene of conflicts, with playful developments and political disputes.

Keywords: Activism. Appropriation of public space. Direct action. Urban common.

*Arquiteta e urbanista atuou em projetos no Brasil, Chile, Angola e Espanha, entre as principais atividades, no escritório de Héctor Vigliecca - Operação Urbana Mooça Vila Carioca; Alameda Providencia, Chile; e Complexo Olímpico de Deodoro, Rio de Janeiro e na Secretaria de Habitação de São Paulo e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Taboão da Serra.

Introdução

Recentemente em São Paulo surgem ativismos importantes no sentido de incentivar questões sobre o destino da cidade e dos espaços públicos e privados que a compõem. As origens desses grupos têm o mesmo contexto da crise de representatividade política que entrou em erupção no Brasil com os protestos de junho de 2013. Naquela época, as pessoas criticavam o sistema democrático, mas as manifestações foram definidas muito mais pela sua forma de desenvolvimento do que pelo seu conteúdo: dentro da conjuntura de submissão das políticas públicas aos interesses econômicos, a visão do Estado¹ se esgota para muitas pessoas, assim algumas delas partem para uma dinâmica de ações coletivas e ocupações do espaço urbano. As reivindicações ganharam visibilidade mediante mobilizações planejadas a partir das redes sociais e “colocar o corpo” na rua foi um importante instrumento de resistência. Nesse contexto, foram organizadas assembleias públicas, táticas diretas e de resistência no espaço urbano.

Em 1968, quando Henri Lefebvre (2001) cunhou a expressão “direito à cidade”, ele abriu caminho para repensar a caracterização da cidade entendendo-a como algo além de um subproduto da industrialização. O direito à cidade seria o direito à emancipação humana. Para o autor, a cidade era normatizada e planejada de modo a restringir a qualidade de vida. O cotidiano era programado e sem espontaneidade, feito de trajetos controlados entre a casa e o trabalho. Nas últimas décadas, os movimentos sociais vêm lutando pelo fortalecimento dos serviços públicos, proteção social e direito do trabalho. Contudo, com a guinada neoliberal a partir dos anos 1980 e a crescente privatização de propriedades e serviços estatais, o interesse comum aparece como uma nova forma de contestar o capitalismo e exigir maior acesso democrático. Conforme analisa Harvey se acentua uma dualidade entre o interesse comum e daquele defendido pelo Estado (HARVEY, 2014, p. 154):

1. O Estado de Bem Estar Social nunca existiu no Brasil, porém as reivindicações sociais coletivas estão calcadas em aspectos como participação, provisão e regulação.

Com que frequência os projetos de desenvolvimento são subsidiados pelo Estado em nome do interesse comum quando, na verdade, os verdadeiros beneficiários são alguns proprietários de terras, financistas e empreiteiras?

Nesse contexto surge uma nova dinâmica de gestão coletiva. De tal modo, a atual definição dos movimentos urbanos do século XXI, defendida por Dardot e Laval (2017), parte dos membros da sociedade que adotam medidas solidárias. O cidadão pertence à uma comunidade política e atua diretamente, ou seja, faz além de gozar de seus direitos. A lógica envolve um sentido social que é diferente das medidas de provisão de Estado. A dimensão do agir compreende a participação, decisão e gestão direta do que é “posto em comum”. Uma das questões desses movimentos é orientar o serviço público para a gestão comum solidária e afastada do exercício de poder. O comum corresponde aquilo que deve ser protegido da apropriação capitalista e da lógica de propriedade. É também um princípio político, não a ser atribuído, mas a ser instituído.

Nota-se que a questão dos comuns é bastante ampla, não se limitando aos espaços públicos ou aos bens públicos. São itens que executam uma função essencial na vida coletiva. Uma das maiores preocupações atuais é que bens naturais essenciais para a vida humana – como água, costas, rios e florestas – estão correndo o risco de ser privatizados. Essa preocupação não

é diferente no espaço das cidades. Os comuns urbanos incluem os chamados bens e serviços públicos, como: parques, meios de transporte, sistemas de saneamento, coleta de lixo, universidades e escolas públicas.

Na cidade contemporânea capitalista, os espaços públicos construídos por meios oficiais são cada vez mais empobrecidos de diversidade, voltados para o consumo e circulação territorial. Produzida enquanto mercadoria, existe uma tendência de domínio da dimensão econômica, desde os espaços de uso público até às novas formas de moradia e trabalho (HARVEY, 2014).

O presente artigo analisa dois territórios na região central de São Paulo que contém aspectos da vida cotidiana, aspirações sociais e disputas urbanas, essenciais para a reinvenção do espaço público contemporâneo. O primeiro, o “Minhocão” é um espaço público de dupla função: uma via expressa elevada de ligação centro-oeste de 3,4 km de extensão que é usada como espaço de lazer à noite e nos finais de semana. O segundo espaço, o “Parque Augusta” é um terreno privado reivindicado por vizinhos e ativistas como uma área verde.

O trabalho é parte de pesquisa realizada para tese de doutoramento. Como metodologia, foi desenvolvido utilizando cinco ferramentas de análise essenciais, que se sobrepõem: escala espacial, temporalidade, narrativas, questões e referencial teórico. A investigação analisa o território urbano

em transformação, busca redesenhar e compreender os diferentes fenômenos, práticas e narrativas que ocorrem através das tensões cotidianas entre as diferentes escalas espaciais e temporais.

A escala espacial é o conhecimento que pode ser extraído do território que é observado. Na temporalidade, a pesquisa tem seu recorte em um fenômeno relativamente recente em São Paulo: são alternativas para o urbanismo contemporâneo que têm sua origem nas atividades de resistência e insurgência urbana.

As narrativas não são fenômenos em si mesmos, mas contribuem para uma descrição. As histórias que surgem podem ser usadas para entender o que não é documentado institucionalmente. As formas de narrativas podem dizer muito sobre o processo de ação coletiva e suas táticas. As entrevistas pessoais e a análise dos arquivos de áudio, vídeo e conferência disponíveis ajudaram a traçar uma trajetória e a estabelecer um perfil. Os questionamentos exploram diferenças e lacunas na investigação. O trabalho de pesquisa suscita a reflexão sobre um novo significado do espaço comum, público ou privado, por meio do inventário das diversas iniciativas e dos temas que cada um deles provoca.

É necessário fazer um exame exploratório de conceitos e proposições, em nível bibliográfico, com respeito aos autores que possam esclarecer o objeto da investigação. O objetivo é extrair um arcabouço teórico essencial para a análise dos dados.

A pesquisa utiliza uma base de múltiplas fontes de informação: publicações em jornais; documentos oficiais do poder público; fotos e documentos dos coletivos; entre outros. O trabalho tem uma abordagem analítica: com a exposição de diferentes iniciativas e o uso das ferramentas acima mencionadas, o objetivo é descrever o fenômeno do ativismo na construção da cidade contemporânea de São Paulo, onde se reivindica o direito à cidade, adotando táticas de ação direta e apropriação urbana.

Elevado Minhocão

O primeiro espaço de experiência ativista analisado é o Elevado Minhocão: uma via elevada de dupla função: parte do dia é uma via expressa de circulação de veículos e à noite e nos fins de semana é apropriada pelas pessoas que desenvolvem atividades recreativas e culturais no local. Vias expressas para o uso do automóvel individual foram criadas a partir dos anos 50 com o objetivo de organizar e resolver o transporte nas cidades. O objetivo principal era promover e garantir o desenvolvimento urbano. No entanto, anos mais tarde, foi possível verificar que esse tipo de solução acelerou o crescimento periférico e o abandono das áreas centrais. Na verdade, a paisagem se deteriorou em muitas cidades do mundo devido a esse tipo de medida.

Em São Paulo, a via elevada, popularmente conhecida como “Minhocão”, foi um projeto imple-

mentado em 1971. Em seus 3,4 km de conexão centro-oeste foi construído em uma região bastante edificada e anteriormente valorizada. Pode-se dizer que, desde o seu início, foi uma obra que desvalorizou os edifícios do entorno, devido à sua construção ser muito próxima aos imóveis existentes. Erguido a apenas cinco metros de distância das fachadas vizinhas, impede a abertura de janelas dos edifícios devido à poluição sonora e atmosférica. Não obstante, com o modelo de espraiamento urbano, toda a região do antigo centro de São Paulo passou por cerca de três décadas desvalorização.

Por muitos anos a estrutura do elevador representou um limite no tecido urbano entre bairro de classe média e alta, e uma região central mais pobre e esvaziada. Esse espaço público acolheu uma população de perfil vulnerável como moradores de rua, catadores de material reciclável, profissionais do sexo e dependentes químicos. É possível dizer esse cenário vem mudando na última década e os bairros agora passa por um processo de valorização com intensa apropriação do espaço público e a chegada de novos empreendimentos imobiliários (ASSUNÇÃO, 2016).

A apropriação desse espaço público para atividades esportivas e de lazer é anterior ao recente processo de transformação. Em 1989, em resposta à crescente pressão popular, a via deixou de funcionar de noite e nos fins de semana, preservando o repouso noturno dos vizinhos em to-

dos os dias úteis e permanecendo fechada aos domingos e feriados. A partir desse momento, sendo fechado para os carros, o espaço passa a ser usado espontaneamente pelos habitantes da região, carente em espaços públicos abertos.

É interessante observar sobre território do Minhocão que o espaço, com pouca ou nenhuma infraestrutura, permite uma variedade de usos espontâneos. Isso o torna um espaço atrativo para a apropriação de lazer. Hoje, acolhe atividades esportivas e artísticas, como dança e teatro. Também é bastante usado para caminhada e ciclismo. Os “guardrails” de segurança são utilizados como bancos de concreto para descansar e tomar sol. O único mobiliário urbano permanente são as lixeiras que estão instaladas nos postes de iluminação pública. Uma placa com um símbolo de praia divulga a hashtag “praia de paulista”. Vendedores informais estão presentes no local, muitos trazem guarda-sol de praia, outros encontram alguma sombra nos prédios ou nas árvores. Eles criam pequenas áreas de repouso onde as pessoas podem beber uma água de coco gelada. Toda a acessibilidade para pessoas é proporcionada por rampas projetadas para carros. Também é comum o uso para convívio de animais domésticos. Há atividades de turismo, grupos percorrem acompanhados por guias, pois, a partir daí, pode-se admirar edifícios históricos emblemáticos desde uma nova perspectiva.

É possível dizer que diversas iniciativas ativistas

recentes contribuíram para o incremento dessa atividade. Simultaneamente a ocupação espontânea, entre 2011 e 2014, um grupo de jovens ativistas do Movimento Baixo Centro realizou vários eventos de ocupações artísticas e intervenções temporárias. O coletivo trazia a bandeira “as ruas são feitas para dançar”, procurava engajamento comunitário e uma mudança de atitude social. Os atos de apropriação criticavam ações polêmicas durante a gestão municipal Kassab (2006-2012), como remoções na Cracolândia, Projeto Nova Luz, e cassação de licenças de vendedores ambulantes.

O grupo realizou várias iniciativas de ocupação do Minhocão e outros espaços públicos do centro, de forma colaborativa. Esses ativistas tiveram a ambição de encorajar as pessoas a se apropriarem da cidade. Em intervenções temporárias, eles usaram tapetes de grama artificial, cadeiras de praia e piscinas desmontáveis. Em 2012, um grande evento colaborativo foi organizado pela primeira vez, com financiado tipo crowdfunding. Durante três anos seguidos, o Movimento Baixo Centro produziu festival nas ruas, com centenas de apresentações culturais gratuitas.

Além dos festivais, o movimento organizou atos de apropriação em formato de Festa Junina, tinham como objetivo principal incentivar a apropriação sociocultural e ativar a cooperação da comunidade local. A organização foi repetida durante três anos, cada ano o grupo trazia um tema urbano para debate público. O movimento de gestão ho-

rizontal não desejava adquirir um carácter institucional de organização. Desde o princípio, os ativistas se surpreenderam com a presença massiva de jovens de outras regiões da cidade. Segundo eles, foi possível notar que o espaço estava ganhando visibilidade, e adquirindo características de gentrificação. Por diversos motivos, optaram por deixar de organizar os eventos.

Ainda no mesmo ano de 2013, um grupo de amigos fundou a “Associação Parque Minhocão” com o objetivo específico de influenciar a decisão do poder público para interromper definitivamente o uso rodoviário do Minhocão e transformá-lo em um parque elevado para as pessoas. Não é uma associação de bairro, são ativistas que têm sua demanda bem definida: a criação de um parque na via elevada. Durante a Bienal de Arquitetura, o grupo viabilizou uma exposição sobre o Parque High Line, Nova York. A sede da associação, um apartamento junto ao elevado, evidenciava a possibilidade de transformação do viário. Após poucos meses de atuação, conseguiu apoio de vereadores para apresenta um projeto de lei² para a criação do Parque. Segundo o texto da proposta, a implantação ocorreria progressivamente por meio da restrição de tráfego.

Nessa época, início de 2014, dois ativismos de ideários diferentes entre si surgem como resistência à criação do Parque. Um dos ativistas do “Movimento Baixo Centro” mobilizou na internet uma discussão sobre o processo de gentrifi-

2. Projeto de Lei Municipal n.10/2014.



Figura 1. Minhocão: Apropriação espontânea de uma via expressa elevada em São Paulo (3 de abril de 2017). Fonte: Elaboração própria

cação. Assim foi criado o “Movimento SP sem Minhocão”, que busca fomentar uma discussão ampla em torno do tema de transformação territorial e regulação estatal no sentido de manutenção do tecido sociocultural.

O outro grupo de oposição é o “Movimento Desmonte Minhocão”, um braço do Conselho de Bairro - Conseg, defende os interesses do bairro de classe média-alta de carácter conservador. Acredita que a retirada da enorme estrutura seria a opção mais adequada para recompor o tecido físico do bairro. A disputa dificultou a aprovação da lei naquele momento. Foi realizado um fórum de discussão pública entre os diferentes grupos da Sociedade Civil Organizada, porém o diálogo não foi conclusivo.

Entre 2014 e 2015, alguns grupos de ativistas culturais continuaram a usar o espaço público para eventos colaborativos. Dentro desse contexto, um dos itens mais criticados pelo Conselho de Bairro - Conseg foi uma suposta insegurança de uso do espaço em eventos. Esse grupo, que se caracteriza por uma atuação judicial, instruiu três Inquéritos Cíveis³ no Ministério Público. E embora nenhum incidente associado à insegurança tenha sido relatado no local, desse modo, logrou que a justiça proibisse a organização de todos os tipos de eventos neste espaço público, como festas, festivais, feiras, blocos de carnaval, entre outros.

Entre 2015 e 2016, nos dois últimos anos da gestão Haddad (PT), a Associação Parque Minhocão con-

quistou vários avanços por meio de atuação política, aos poucos foram sendo aprovadas várias leis que alteravam o uso do espaço, tais como: (i) extensão do horário de funcionamento do Parque aos sábados e dias de semana, o viário está interdito para os carros por mais tempo; (ii) denominação oficial, quando fechado para carros, o espaço recebe o nome de “Parque Minhocão”; (iii) a incorporação de uma diretriz de implementação do Parque no conteúdo do Plano Diretor (Figura 1).

Entre 2017 e 2018, durante a gestão Dória (PSDB), a associação consegue a aprovação da legislação⁴ que oficializa a criação do Parque Municipal do Minhocão e prevê a desativação gradativa do Elevado. O texto foi alterado a partir da proposta de 2014, incluindo a necessidade de criação de Conselho Gestor, Projeto de Intervenção Urbanística, com opção de transformação em parque completo ou parcial da estrutura física, e instrumentos para a viabilidade financeira. A lei também alterou gradativamente, o uso do espaço para os carros. O tráfego fica autorizado apenas em horário de pico estabelecido pelo rodízio municipal, como consequência estende o funcionamento do Parque inclusive em feriados e períodos de férias escolares, em julho e janeiro. A trajetória de transformação do espaço é um assunto complexo e certamente no futuro próximo não será uma história isenta de disputas e impactos.

Parque Augusta

3. Inquéritos cíveis n. 43.0279.0000153/2016; n. 43.279.363/2015-9; e n. 14.279.295/2014.

4. Lei Municipal de São Paulo n. 16.833/2018 (sancionada com base no Projeto de Lei n.10/2014).

O segundo espaço analisado, o terreno conhecido como Parque Augusta, corresponde a uma área de 24.750 m² de propriedade privada. Localizado no centro de São Paulo, o espaço mantém remanescente de mata atlântica nativa, o bosque ocupa cerca de 40% da propriedade. Além disso, a história do lugar tem memória coletiva e significado para a opinião pública. De 1907 até a década de 1968, abrigou as atividades de uma escola de meninas tradicional, o Colégio Des Oiseaux. Quando o edifício histórico foi demolido, a área tornou-se objetivo de vários decretos; como de utilidade pública e de preservação das árvores, espécies nativas de Mata Atlântica, e dos remanescentes do edifício.

Como parte deste contexto restritivo, os proprietários assinaram um Termo de Compromisso, junto com a Prefeitura, que os obriga a permitir o acesso livre e gratuito da população ao lote, mantê-lo e preservá-lo. Por outro lado, o lote foi objeto de várias tentativas mal sucedidas de implementação de projetos imobiliários. Por quase quatro décadas sem edifícios, a propriedade ficou com as portas abertas e foi usada como parque pelos vizinhos.

A primeira iniciativa ativista realizada pela Sociedade Civil Organizada a favor da criação do Parque Augusta ocorreu em 2001. A associação de bairro Samorcc realizou uma campanha para coletar assinaturas solicitando ao município a implementação do parque público. Outro grupo surgiu em 2004, com o objetivo específico de

reivindicar essa demanda, desde o início da sua criação, os Aliados do Parque Augusta organizaram manifestações e eventos com o objetivo de defender a criação do parque. Em 2006, o grupo conseguiu coletar 15 mil assinaturas, em uma ação conjunta com a Samorcc. Com essa tática, obteve apoio político para apresentar na Câmara Municipal um projeto de lei⁵ para a criação do parque. No entanto, o mesmo não foi levado para votação naquele momento.

Em 2011, os ativistas criaram o piquenique no asfalto, uma mistura de encontro social e ato de reivindicação. O evento acontece todos os anos e envolve diversos grupos de ação a favor da causa. Em cada edição, como forma de protesto, as pessoas impedem a circulação de veículos na rua em frente ao lote, chamando a atenção para a área verde pública. De forma colaborativa, os grupos organizam toalhas de alimentos e bebidas para consumi-los enquanto estão sentados ocupando o asfalto. Nessas ocasiões, acontecem apresentações de música.

No contexto das manifestações de junho de 2013 no Brasil, muitos jovens foram às ruas em busca do direito à cidade e de acesso ao território urbano. No caso do Parque Augusta, um grupo de jovens ouviu os protestos de grupos menores e decidiu reivindicar a preservação desta área verde. O grupo de ativistas ocupou o terreno em dois eventos durante o mês de dezembro de 2013. Nessas ocasiões, como nova tática de resistência, festi-

5. Projeto de Lei Municipal n. 345/2006.



Figura 2. Parque Augusta: Ocupação a favor da criação de área verde pública (19 de janeiro de 2015). Fonte: Elaboração própria.

vais de arte e cultura foram organizados em favor da criação do parque: debates, refeições, oficinas, apresentações de teatro e de música. É interessante observar que os três grupos principais que atuam na causa do Parque Augusta são de perfis bastante diferentes, pode-se dizer que compõem uma pluralidade ideológica. No entanto, eles reivindicam conjuntamente por meio de uma bandeira unificada: eles defendem que o espaço seja verde em sua totalidade e são contra a construção de edifícios, ou seja, eles são claramente opostos ao empreendimento imobiliário.

Como resposta à crescente pressão popular, em 23 de dezembro de 2013, a lei municipal⁶ que promulgou a criação do Parque Augusta foi sancionada. A iniciativa utilizou o projeto de lei que esperava votação desde 2006, preparado pelos movimentos anteriores. Essa lei oficializou o parque no papel, mas não regulamentou mecanismos legais e financeiros para permitir sua implementação. Além disso, o lote é privado e a administração municipal na época, Haddad (PT, 2013-2016), argumentava que não pretendia gastar uma grande quantidade de fundos públicos em uma desapropriação, na região central, já bastante dotada de infraestrutura em relação ao resto da cidade.

Apesar do contexto de aprovação da lei, sancionado após o fervor das manifestações daquele ano, em 28 de dezembro de 2013, cinco dias após a aprovação, as construtoras fecharam as portas do lote para o público. Nessa época, mesmo após

o fechamento dos portões do local, os ativistas continuaram atuando dentro e fora do terreno. O grupo maior que surgiu no meio dos protestos de junho desse mesmo ano foi formalizado: o movimento Organismo Parque Augusta, que se autodenomina como coletivo de resistência urbana autogerido e horizontal. Os ativistas, que buscam garantir a existência de verde no urbano, idealizam o Parque Augusta como um laboratório de práticas urbanas ambientais, educacionais, culturais e sociais. Seria uma escola com práticas de permacultura, jardins urbanos, aulas públicas, cinema, festivais e atividades autogeridas.

Como táticas de ação, se organizam em assembleias semanais, grupos de trabalho e ações diretas na rua. O movimento não tem sede, e se reúne de preferência em espaços públicos. A Praça Roosevelt, após o fechamento do terreno, é bastante utilizada por estar próxima ao local. A mobilização da rede social é a estrutura central da organização, que tem 26 mil seguidores em sua página do Facebook (Figura 2).

O movimento Organismo Parque Augusta, em seu primeiro momento, teve como referência os ativistas do Parque Gezi, na Turquia. Em 2013, o parque no centro de Istambul seria transformado em um centro comercial. Ambientalistas protestaram contra o processo de transformação urbana. O movimento se espalhou por meio das redes sociais entre milhões de pessoas em todo o país, abraçando diversas causas. Os grupos

6. Lei Municipal n. 15.941/2013.

de ativistas do Parque Augusta e do Parque Gezi trocaram experiências que vão desde a ocupação cultural e espacial até formas de resistência contra possíveis atos de violência policial.

Durante o ano de 2014, o movimento Organismo Parque Augusta continuou a organizar eventos e assembleias no terreno, mas em menor escala. Foi em janeiro de 2015, em uma tentativa de resistência, que os ativistas abriram as portas que permaneceram fechadas desde dezembro de 2013 e ocuparam a área em protesto de vigília. Entre outras coisas, acusavam os proprietários de crime ambiental e ressaltaram que a área estava ilegalmente fechada. A ocupação de 2015 teve um caráter cultural, no formato do festival, ganhou o nome de “Verão Parque Augusta” e contou com uma programação de diversas atividades e apresentações artísticas. O objetivo da ocupação foi tornar visível a causa e consolidar a ideia de parque na imaginação coletiva da cidade.

Dois meses depois, em 4 de março de 2015, houve o ato de reintegração de posse. Quatro ativistas resistiram e houve violência policial. Porém a maior parte do grupo deixou de forma pacífica e partiu em manifestação em direção a Prefeitura. Embora a área do Parque Augusta seja de propriedade privada, há uma série de irregularidades de ênfase pública, como o fechamento da área de acesso público, desde 2013 e a falta de conservação da mata e remanescentes do edifício histórico. Logo após o processo de reintegração de

posse, o Ministério Público procurou os ativistas para abrir um inquérito civil e investigar possíveis danos ao patrimônio e bosque protegidos, bem como para examinar o processo de obtenção de licenças dos proprietários junto a prefeitura.

A partir desse momento, o perfil dos ativistas do movimento Organismo Parque Augusta foi modificando-se aos poucos. Ele deixou de ser representado por um perfil mais jovem e mais artístico e foi composto por um perfil mais maduro e técnico. Do mesmo modo, houve uma mudança importante nas táticas de ação. Por outro lado, vários órgãos municipais suspenderam os procedimentos em andamento para obtenção de licenças, considerando a existência da ação civil pública. A partir de então, houve diferentes tentativas de reconciliação judicial. Nas negociações promovidas pelo Ministério Público, durante a gestão Haddad (2013-2016) foram feitas tentativas de desapropriação não onerosa e negociação do valor de venda, sempre rejeitadas pelas empresas construtoras.

Nas tentativas de decisão durante a gestão Dória (PSDB- 2017), tratou-se da possibilidade de permuta onde o terreno privado seria trocado por um terreno público de interesse das construtoras. A propriedade municipal localizada em área de várzea no Rio Pinheiros, também apresenta interesse coletivo. A estratégia público-privada não foi aprovada pela maioria dos grupos que atuam na causa. No entanto encontrou aderência na associação de

bairro Samorcc, o que possivelmente causou uma fissura pontual dentro da coalizão do movimento.

Em 10 de agosto de 2018, durante a gestão Bruno Covas (PSDB- 2018), foi assinado um acordo pela aplicação do instrumento urbanístico de transferência de potencial construtivo. Bastante utilizado para estimular a preservação do patrimônio histórico edificado, o instrumento ainda não foi utilizado em áreas de preservação ambiental. Sua aplicação envolve a doação da propriedade do terreno que se tornaria público e traria um novo marco regulatório de interesse coletivo para a cidade. A transferência da propriedade do terreno é uma grande conquista para o movimento, porém a questão da gestão e construção do espaço de modo colaborativo ainda é um processo de disputa em aberto. O acordo prevê investimentos das construtoras na área e entorno, como forma de pagamento de multa, e a abertura do terreno prevista para 2020. No momento, o grupo pretende seguir com estratégias de atendimento do interesse coletivo por meio do Ministério Público.

Desde 2014, o aspecto ambientalista do movimento Organismo Parque Augusta foi fortalecido em defesa de uma rede de parques em São Paulo. Assim, surgiu um movimento de causa ambiental mais ampla, denominado “Rede Novos Parques SP”. Atualmente, defende a preservação de 48 áreas verdes dentro da cidade. Como principal instrumento para a implantação das áreas, busca a aplicação da desapropriação compulsória em casos de dívida ativa.

Conquistas, ambiguidades e contradições

A controvérsia maior que pode surgir, está no tipo de poder que estes ativismos podem exercer dentro do processo de produção da cidade. Podem surgir contradições e ambiguidades entre táticas ativistas e processo de transformação territorial. No espaço público do Minhocão é interessante observar como sem nenhuma alteração na estrutura física foi possível transformar a intensidade de uso do espaço. Antes considerado degradado passou a ser um dos espaços mais procurados na cidade para atividades de lazer aos finais de semana. O legado positivo é a criação, sem nenhum investimento público direto, de um espaço público de âmbito metropolitano, de caráter lúdico, esportivo e de interação social ao ar livre. Depois de seis anos de atuação, pode-se dizer que os ativistas conquistaram uma transformação no imaginário coletivo.

Conforme defendido por Zukin (2010), a retomada das ruas representam um ato de autenticidade, trazendo a vitalidade e diversidade de usos desejada as áreas centrais. Porém esse processo de “revitalização” acarreta no deslocamento dos pobres. Segundo a autora, aliada à cultura de lazer predatório, foi criada uma estratégia de transformação urbana para deslocar os investimentos dos shopping centers e dos subúrbios para as áreas centrais. Assim, são criados espaços urbanos abertos mais atrativos – como parques, teatros, museus e gastronomia – que exibem um

produto criativo exclusivo de centro de cidade e buscam um público mais amplo, fora do período territorial (ZUKIN, 2010, p.4):

Bistrôs substituem bodegas, bares de coquetéis transformam antigos botecos, e no bairro como um todo aparece um tipo diferente de sociabilidade [...] Quem pode dizer, no entanto, que esses novos espaços não são autênticos? Novas lojas e novas pessoas produzem novos territórios urbanos, localidades com um produto cultural específico e caráter que pode ser comercializado em todo o mundo, atraindo turistas e investidores e tornando a cidade segura, embora não seja barata, para a classe média.

Assim as cidades que vivenciaram o modelo de espraiamento, presenciam uma diferença entre o tecido físico e social no centro. Renovar o tecido físico, muitas vezes significa perder em tecido social, assim a autora defende que as cidades estão perdendo sua “alma”, ou seja, sua diversidade enquanto espaço de expressão social.

Contraditoriamente, é sabido o aspecto gentrificador da criação de parques e espaços públicos atrativos (HARDT; NEGRI, 2016: 180 e ZUKIN, 2010: 10). No Minhocão, as primeiras experiências aparecem de movimentos artísticos e posteriormente surgem táticas de atuação política. Conjuntamente à isso, a região assistiu a chegada massiva de novos empreendimentos privados no entorno, como edifícios residenciais e cultu-

rais. Processos de gentrificação similares foram assistidos em diversas cidades do mundo. No Minhocão, recentemente o Poder Público apareceu enquanto agente ligado ao processo de produção da cidade por meio de mudanças nas leis à favor do parque e atuação social na região conhecida como Cracolândia.

O Minhocão representou por décadas um limite claro, entre uma área mais valorizada e outra mais pobre, na região do centro da cidade, essa fronteira já se diluiu de maneira sensível. Recentemente, o município estabeleceu a previsão de um Projeto de Intervenção Urbanístico, que ainda não foi apresentado. É urgente o estabelecimento de medidas regulatórias e projetos habitacionais na região central de São Paulo. Essa disputa é um processo complexo que ainda não terminou.

No caso da luta pelo Parque Augusta, o processo de resistência em terreno privado marca um processo inédito de luta contra a construção da cidade pautada unicamente por interesses econômicos. A sociedade civil organizada logrou unir um amplo leque de ideários em torno de uma luta única de interesse público. Além disso, buscaram-se soluções em instrumentos urbanísticos inéditos, diferentes da desapropriação onerosa. Outra conquista é reunir movimentos locais em uma rede de atuação ambientalista na Rede Novos Parques, esse desdobramento aborda o tema ambiental bastante urgente na metrópole.

Contraditoriamente, a presença de um maior interesse coletivo acarretou no fechamento ilegal do terreno privado pelos proprietários. É um processo de disputa que dura há várias décadas e ganhou força junto às manifestações de 2013. A área de uso público que foi apropriada pelos vizinhos e utilizada como Parque desde a década de 70, agora permanece fechada há mais de quatro anos. Durante este período recente a população está proibida de utilizar o espaço, além disso, a falta de uso é propensa à degradação da área.

Embora seja um terreno privado, são questionadas na justiça irregularidades no processo administrativo municipal e no Termo de Compromisso no que tange a aspectos de utilidade pública e preservação da área. O movimento atuou com táticas de ocupação até 2015, mas atualmente busca uma resolução por meio judicial. A maior ambiguidade que pode surgir está no processo de decisão encontrar uma solução satisfatória na escala local e prejudicial à escala municipal, como por exemplo, no caso de comprometimento de fundos públicos com grande quantidade de investimentos na área central ou no caso de permuta por outra propriedade municipal de interesse coletivo.

No caso do Parque Augusta, a conquista de propriedade pública, não implica necessariamente em atendimento dos interesses coletivos. Em ambos os territórios, outra contradição aparece caso seja concretizada a proposta de privatização dos parques defendida pela atual gestão

municipal. Se isso acontecer, conforme defendido por Harvey (2014) e Dardot e Laval (2017), a luta pelo bem comum é constante no sentido de manter a gestão colaborativa no espaço, mesmo após a conquista enquanto propriedade pública. É importante dizer que a região do entorno do Parque Augusta, assim como o Minhocão, também foi valorizada recentemente. Conforme observado, a luta ativista pela transformação da cidade não priorizou vínculos com pautas de políticas habitacionais, e outros temas referentes à manutenção do tecido sociocultural, assuntos urgentes na região central.

Comparando-se o tipo de atuação, nos dois territórios estiveram presentes diferentes táticas e estratégias ativistas, de aspecto artístico e cultural, ambiental, político e judicial. No Minhocão foi possível observar que grupos que representam uma pluralidade ideológica atuaram por meio de estratégias diferentes. Atualmente a associação de causa específica alcança mudanças nas leis por meio de uma aliança política com vereança. Enquanto isso, o Conselho de Bairro - Conseg, busca inibir a apropriação espontânea para atividades de lazer mediante práticas de ativismo judicial junto ao Ministério Público Estadual. A justiça proibiu o uso do espaço para eventos em 2015, hoje em dia, o grupo busca a proibição total de uso por pessoas. No Parque Augusta em São Paulo, o Ministério Público mediante Ação Civil Pública aparece no sentido de ponderar a questão em terreno privado entre os diversos atores

envolvidos: Sociedade Civil Organizada (pauta unificada), empreendedores e gestão municipal.

Considerações finais

O artigo explora a ideia da presença de ativismos revelarem novas formas de ver e usar o espaço urbano, consolidando um tipo inédito de apropriação espontânea e transformação coletiva da cidade de São Paulo. O trabalho relaciona a tensão entre a institucionalização e a liberdade de ação existente na disputa pelos espaços urbanos. Ao longo do tempo, nos espaços analisados, foi possível verificar que a maioria das ações ativistas parou de utilizar táticas de ação direta e passou a adotar estratégias de ação mais institucionalizadas.

Em seu momento, os ativistas do Movimento Baixo Centro implementaram formas de resistência e ativação do território de Minhocão. No entanto, posteriormente surgiu a Associação Parque Minhocão que atua principalmente por meio de abordagem política e midiática, com o objetivo de influenciar a decisão e pressionar o poder público a destinar definitivamente o espaço público para as pessoas. E o Conselho de Bairro - Conseg que busca exercer poder por meio judicial.

No Parque Augusta, o perfil jovem do movimento, horizontal e autogerido, Organismo Parque Augusta - OPA foi mudando com o passar do tempo. Deixou

de integrar um perfil ativista mais artístico e passou a ser composto por um perfil técnico mais maduro. Recentemente, atua com uma abordagem judicial junto ao Ministério Público, que ainda não possui resultados para a questão. É interessante notar que existem diversos grupos atuando na causa, de pluralidade ideológica, desde sempre almejavam uma certa colisão e unificação da pauta. Por outro lado, essa causa deu origem a um outro movimento que atua na questão ambiental em escala municipal. Denominado Rede Novos Parques SP, o grupo está em defesa de uma rede de parques em São Paulo e articula movimentos locais dentro de um cenário de recuperação ambiental.

Durante a investigação, foi possível identificar que nos territórios analisados, surgiu um tipo de ativismo de ação direta, caracterizado principalmente pela apropriação cultural da cidade. Foi possível comprovar que esse tipo de ocupação de gestão colaborativa foi emblemática para a construção urbana e a reconquista do espaço público. No caso de São Paulo, não se tratava apenas de vizinhos e grupos de ativistas urbanos que realizavam intervenções de baixo custo financeiro e alto valor social. Mas também, uma nova discussão a longo prazo sobre o processo de construção do espaço comum, ou o tipo de urbanismo e projeto urbano que se aspira coletivamente. Em um território de disputa local, os grupos desejam construir um novo paradigma urbano capaz de incorporar práticas colaborativas cidadãs.

A luta pelo comum definida por Harvey (2014) e Dardot e Laval (2017) é um processo de resistência contínuo, vinculado à apropriação comunitária e construção coletiva do espaço. Os ativistas pressionam o Estado mais ao mesmo tempo agem com uma certa autonomia. Em seu momento, os grupos autônomos analisados formaram uma base de atuação ampla e diversa: artística, cultural, de urbanismo tático, ambiental, permacultura urbana, entre outros. Conseguiram atingir um grande número de adeptos à ocupação do espaço público da área central. Consolidaram um repertório de atuação, uma nova forma de luta pela cidade. Foram organizados de modo horizontal, e mobilizados pela internet. Incentivaram ações lúdicas, festa, piqueniques, encontros sociais, shows, apresentações artísticas, caracterizando-se por uma apropriação política apartidária, festiva e descontraída. Tiveram importância de formar espaços de experimentação, laboratórios de construção urbana e cidadã.

Referências:

ASSUNÇÃO, Eduardo L. de Lima. **Minhocão e arredores:** construção, degradação e resiliência. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Orienta-

ção Abílio Guerra. São Paulo: 2016.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **Comum:** Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum.** São Paulo: Editora Record, 2016.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson. Boitempo, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ZUKIN, Sharon. **Naked city:** The death and life of authentic urban places. Oxford University Press, 2010.

